

25 de abril de 2018

- **Encontro Bilateral reúne ministros da Defesa do Brasil e da Itália**
- **Defesa recebe em audiência Chefe do Estado-Maior Conjunto da Suécia**
- **Jungmann revê ameaça ao Rio de segurar verba da segurança**
- **Comissão debaterá MP que criou Ministério da Segurança Pública**

Encontro Bilateral reúne ministros da Defesa do Brasil e da Itália

Por Adriana Fortes

Brasília 24/08/2018 - Na tarde desta terça-feira (24), em Roma, na Itália, o ministro da Defesa, Silva e Luna, reuniu-se com a ministra da Defesa da Itália, Roberta Pinotti, para discutir parcerias estratégicas em defesa que possam ser de interesse comum para ambos os países.

O ministro brasileiro agradeceu a recepção italiana e ressaltou a longa e profícua relação entre os países, parte dela fortalecida durante a Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil ajudou na libertação da Itália.

Logo no início de suas palavras, Pinotti destacou e reconheceu o sacrifício brasileiro nas batalhas em solo italiano e ressaltou a importância em fortalecer os laços de amizade entre os países, em particular entre as Forças Armadas brasileiras e italianas.

Durante a reunião foi discutida também a possibilidade de cooperação entre as indústrias de defesa, sobretudo no setor aeronáutico. Foi lembrado que nas décadas de 1970 e 1980, o jato de treinamento e ataque AT-26/EMB-326 Xavante da Força Aérea Brasileira nasceu de uma parceria com a Itália. O modelo era a versão nacional do Aermacchi MB-326.

Também foi falado sobre a parceria no desenvolvimento dos blindados Guaranis, com a empresa brasileira Iveco. As autoridades discutiram ainda a questão da indústria naval, já que existe um interesse italiano em participar da concorrência nacional para a construção das novas corvetas, Classe Tamandaré, da Marinha do Brasil.

Fonte: Ministério da Defesa

Data da publicação: 24 de abril

Link: <http://www.defesa.gov.br/noticias/42158-encontro-bilateral-re%C3%BAne-ministros-da-defesa-do-brasil-e-da-it%C3%A1lia>

Defesa recebe em audiência Chefe do Estado-Maior Conjunto da Suécia

Por Major Sylvia Martins

Brasília, 20/04/2018 – Na tarde desta sexta-feira, o chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (CEMCFA) brasileiras, almirante Ademir Sobrinho, recebeu, em audiência, seu congênere da Suécia, general Dennis Gyllensperre. As autoridades discutiram a situação atual de seus países na área de defesa.

O general Dennis encontra-se no Brasil para o Exercício VIKING 2018, que ocorre até 26 de abril, nas instalações do Quartel-General do Comando Militar do Planalto e do Quartel-General do Exército.

Trata-se de um Exercício de Simulação de Posto de Comando, Conjunto e Combinado, assistido por computadores, planejado e conduzido pelas Forças Armadas da Suécia, com participação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e das Forças Armadas dos Estados Unidos.

Segundo o CEMCFA brasileiro, “o Exercício é muito importante para troca de experiências, principalmente na parte logística”.

Durante a reunião, o general Dennis pode conhecer o general Elias Rodrigues Martins Filho, o novo Force Commander da Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO). A Suécia possui militares no Congo como observadores.

Entre os assuntos tratados pelos dois chefes de Estados-Maiores destacaram-se o memorando de entendimento já existente entre Brasil e Suécia em termos de defesa, missões de Paz e capacitação na área cibernética das Forças Armadas desses dois países.

Fonte: Ministério da Defesa

Data da publicação: 23 de abril

Link: <http://www.defesa.gov.br/noticias/42062-defesa-recebe-em-audi%C3%Aancia-chefe-do-estado-maior-conjunto-da-su%C3%A9cia>

Jungmann revê ameaça ao Rio de segurar verba da segurança

Ministro refez carta enviada ao estado pois intervenção não permite a medida

Por Marina Dias

O ministro Raul Jungmann (Segurança Pública) precisou rever carta endereçada ao Rio de Janeiro e retirar do texto menção a um bloqueio de verba caso o estado não compartilhasse seus dados sobre criminalidade em até 30 dias.

Jungmann fez a exceção após argumento da área técnica de seu ministério de que a intervenção federal no Rio, até 31 de dezembro de 2018, impede por lei qualquer tipo de contingenciamento.

Como mostrou a Folha, Jungmann preparou uma carta a todos os governadores do país ameaçando impedir o repasse de dinheiro àqueles que não dividissem com o governo federal números sobre segurança pública, sistema prisional e drogas dos dois últimos anos. O Rio não contribuiu com o sistema de forma satisfatória e, até agora, estava entre os estados advertidos.

Diversas autoridades fluminenses, porém, entraram em contato com o ministério após a divulgação da reportagem e a pasta informou que a exceção ao Rio foi feita depois que os técnicos avisaram ao ministro que, por causa da intervenção federal, não seria possível haver condicionante em relação a dinheiro.

Nesse contexto, os recursos são extraordinários e, portanto, não podem ser bloqueados.

Uma nova carta foi então redigida somente para o Rio, pedindo o compartilhamento de dados com o Sinesp (Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisional e sobre Drogas), no entanto, sem o trecho que dizia que aqueles que não dividirem os números não receberão verba para a segurança pública este ano.

Para os demais governadores, o texto seguiu como o elaborado na segunda-feira (23): "Na ausência do envio de dados por parte dos entes federados beneficiários, não é possível planejar e executar ações e programas por meio do repasse de recursos. Nesse contexto, o Ministério Extraordinário da Segurança Pública estará impossibilitado de continuar transferindo recursos aos estados que não disponibilizarem informações ao Sinesp".

O objetivo é induzir os estados a enviarem os números o quanto antes para que a pasta de Jungmann, criada há mais de dois meses, consiga finalmente elaborar e apresentar um plano para a área.

"Informo que os estados que não estiverem com a implantação de dados atualizados no Sinesp ficarão impedidos de firmar convênios com a Secretaria Nacional de Segurança Pública, inclusive com recursos oriundos de emendas parlamentares impositivas (individuais e de bancada)", completa a carta do ministro.

DINHEIRO NOVO

Jungmann acredita que o o governo vai editar nos próximos dez dias a medida provisória que destinará um montante do Orçamento para a segurança pública –e é este o dinheiro que ele ameaça não repassar os governadores que não contribuírem com o Sinesp.

A MP, porém, ainda não foi editada e havia divergência quanto aos valores –inicialmente Jungmann queria pelo menos R\$ 4 bilhões, mas a área econômica do governo não havia conseguido fechar um projeto que contemplasse esse montante.

A equipe de Jungmann acredita que os governadores poderão ter acesso aos detalhes da MP até a semana que vem e, assim, agilizarem o compartilhamento de dados.

O Rio de Janeiro passa por uma grave crise política e econômica, com reflexos diretos na segurança pública. Desde junho de 2016, o estado está em situação de calamidade pública e conta com o auxílio das Forças Armadas desde setembro do ano passado.

Não há recursos para pagar servidores e para contratar PMs aprovados em concurso. Policiais trabalham com armamento obsoleto e sem combustível para o carro das corporações. Faltam equipamentos como coletes e munição.

Após uma queda de 2007 a 2013, o número de homicídios decorrentes de oposição à intervenção policial está de volta a patamares anteriores à gestão de José Mariano Beltrame na Secretaria de Segurança (2007-2016). Em 2017, 1.124 pessoas foram mortas pela polícia.

Em meio à crise, a política de Unidades de Polícia Pacificadora ruiu — estudo da PM cita 13 confrontos em áreas com UPP em 2011, contra 1.555 em 2016. Nesse vácuo, o número de confrontos entre grupos criminosos aumentou.

Com a escalada nos índices de violência, o presidente Michel Temer (MDB) decretou a intervenção federal na segurança pública do Estado, medida aprovada pelo Congresso e que conta com o apoio do governador Luiz Fernando Pezão, também do MDB.

Temer nomeou como interventor o general do Exército Walter Braga Netto. Ele, na prática, é o chefe das forças de segurança do Estado, como se acumulasse o comando da Secretaria da Segurança Pública e a de Administração Penitenciária, com PM, Civil, bombeiros e agentes carcerários sob o seu comando.

Apesar da escalada de violência no Rio, que atingiu uma taxa de mortes violentas de 40 por 100 mil habitantes no ano passado, há outros Estados com patamares ainda piores. No Atlas da Violência 2017, com dados até 2015, Rio tinha taxa de 30,6 homicídios para cada 100 mil habitantes, contra 58,1 de Sergipe, 52,3 de Alagoas e 46,7 do Ceará, por exemplo.

Fonte: Folha de S. Paulo

Data da publicação: 24 de abril

Link: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/04/jungamann-reve-ameaca-ao-rio-de-segurar-verba-da-seguranca.shtml>

Comissão debaterá MP que criou Ministério da Segurança Pública

Por Penna Brescianini

A Comissão Mista que examina a Medida Provisória 821/2018 realiza nesta quarta-feira (25), a partir das 14h30, sua primeira audiência pública. Publicada em 27 de fevereiro, a medida provisória dividiu o Ministério da Justiça e Segurança Pública em dois ministérios distintos: o da Justiça e o Extraordinário da Segurança Pública.

Foram convidados o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes, que foi ministro da Justiça e da Segurança Pública e também secretário de Segurança Pública de São Paulo; o ex-ministro da Justiça Eduardo Cardozo, além de representantes do Ministério Extraordinário da Segurança Pública, do Ministério da Justiça, e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Pelo plano de trabalho apresentado pelo relator da comissão mista, senador Dário Berger (PMDB-SC), haverá uma segunda audiência pública. A comissão é presidida pelo deputado Gilberto Nascimento (PSC-SP).

Na explicação de motivos que acompanha o texto da MP enviado ao Congresso Nacional, o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, afirma que a criação do novo ministério não implicará custos adicionais, pois utilizará parte da estrutura original do Ministério da Justiça. A Medida Provisória deverá ter sua vigência prorrogada nesta semana, pois o prazo inicial encerra na sexta-feira, 27 de abril.

A audiência será interativa, com a possibilidade de participação da sociedade com comentários, críticas e sugestões.

COMO ACOMPANHAR E PARTICIPAR

Participe:

<http://bit.ly/audienciainterativa>

Portal e-Cidadania:

www.senado.gov.br/ecidadania

Alô Senado (0800-612211)

Fonte: Senado Notícias

Data da publicação: 23 de abril

Link: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/04/23/comissao-debatera-mp-que-criou-ministerio-da-seguranca-publica>

* Não mencionado o autor no texto.